



DIA DE LUTA

Movimento ocupa fazenda do ministro Blairo Maggi

Página 2

ARTIGO

JOGO SOCIAL: desafios para resistir e avançar!

Página 4

COLAPSO

Setor público vai parar com apagão fiscal de Temer

Página 2



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO X - Nº 116

Cuiabá - Agosto de 2017

O COMPROMISSO

Acesse: www.sindsepmt.org.br

SINDSEP-MT
FILIADO À **CUT** BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
CONDSEF

Antonio Augusto / Câmara dos Deputados

VERGONHA!

263 deputados federais salvaram a pele do ilegítimo Michel Temer. Dos 8 parlamentares mato-grossenses, 7 votaram contra a abertura de processo pelo STF por corrupção passiva.



Como era de se esperar, sete deputados federais de Mato Grosso votaram contra a autorização do STF processar o presidente ilegítimo Michel Temer por corrupção passiva apresentada pela Procuradoria Geral da República (PGR). Apenas o deputado Sâguas Moraes (PT) foi a favor. Votaram a favor Carlos Bezerra (PMDB), Ezequiel Fonseca (PP), Victório Galli (PSC), Nilson Leitão (PSDB), os dois deputados do PSB, Adilton Sachetti e Fávio Garcia e o 3º suplente do deputado Valtenir Pereira (PSB) que está de licença, Rogério Silva (PMDB).

As justificativas foram muitas, desde a “pela manutenção da estabilidade política e econômica” até as mais esdrúxulas como “pela não implantação da ideologia de gênero nas escolas.” Mas a população está atenta e sabe que houveram muitas “negociações” com o usurpador até o último minuto da votação, inclusive deputados barganhando votos dentro do plenário. Veja mais na página seguinte e uma arte dos deputados traidores de Mato Grosso na página 3 para recortar e fixar em locais permitidos e visíveis. Esta votação serviu para mostrar ao eleitor mato-grossense em quem ele não deve votar ano que vem.

Foto: Antonio Augusto / Câmara dos Deputados



Ságuas Moraes (esq) foi o único deputado de MT a votar a favor de abertura de processo

VERGONHA!

Sete deputados de MT votam a favor do ilegítimo. Vai ter troco nas urnas!

Apenas Ságuas Moraes (PT) foi a favor de abertura de processo contra Michel Temer

Primero a gente cassa a Dilma, depois...
Essa balela nós cansamos de ouvir nas ruas e no Congresso Nacional quando da votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Na época, o presidente da Câmara dos Deputados era Eduardo Cunha (PMDB), hoje condenado a mais de 15 anos de prisão. Ele aceitou o pedido de impedimento mesmo sem crime de responsabilidade.

Primeiro a gente cassa a Dilma, depois...

Já na sessão do dia 2, agora no início do mês de agosto, com pouco mais de 12 horas, 263 parlamentares aliados do ilegítimo Michel Temer votaram contra o pedido de abertura de processo por corrupção passiva feito pela Procuradoria Geral da República (PGR). Temer foi o primeiro presidente da República denunciado formalmente por corrupção. Uma vergonha!

Primeiro a gente cassa a Dilma, depois...

Com aprovação de apenas 4% da população, o usurpador foi flagrado em conversa gravada pelo dono da JBS, Joesley Batista, avaliando a compra do silêncio de Eduardo Cunha, mesmo estando ele na prisão. A Polícia Federal filmou o momento em que Rodrigo Rocha Loures, assessor de Temer, re-

cebeu uma mala com R\$ 500 mil. Mas isso não bastou. 263 votaram a favor do golpista e contra os brasileiros.

Primeiro a gente cassa a Dilma, depois...

Mas isso não saiu de graça. Foram R\$ 4 bilhões em emendas distribuídas aos deputados somente no mês de julho, Temer perdeu R\$ 17 bilhões dos ruralistas e empresários, fora o prometimento de cargos no governo. E as faturas continuarão a chegar, para nós pagarmos, é claro, como o maior aumento da gasolina nos últimos 13 anos e a volta da bandeira vermelha na conta da energia elétrica já neste mês. Tudo em nome da corrupção.

E os parlamentares de Mato Grosso?

Primeiro a gente cassa a Dilma, depois...

Os votos estavam escancarados, até o Papa já sabia. Em nome da “estabilidade econômica e política”, sete deputados federais de Mato Grosso votaram contra autorizar o STF processar o presidente ilegítimo. Apenas o deputado Ságuas Moraes (PT) foi a favor da investigação. Em seu pronunciamento disse que “Temer cometeu ato de corrupção iniciado nos porões do Palácio Jaburu, na calada da noite, e foi concluído numa pizzaria em São Paulo.” Quanto aos restantes, é só olhar o quadro na página ao lado e lembrar em quem não votar ano que vem.



MST ocupa fazenda do ministro Blairo Maggi

Integrantes do movimento ocuparam na manhã do dia 25 último uma propriedade pertencente ao grupo comandado pelo ministro da agricultura Blairo Maggi. "A área é um dos latifúndios do Grupo Amaggi (SM 02) e está localizada nas margens da BR 163 em torno de 25 km da Cidade de Rondonópolis sentido Campo Grande próximo do terminal da ferrovia Norte Sul", diz nota do MST. Segundo o movimento, Maggi "exerce a função de ministro para garantir o as condições necessárias para o desenvolvimento das suas fazendas e do agronegócio", diz em nota, ressaltando que "entre as principais ações se destacam apoio para autorizar a venda de mais veneno para usar na agropecuária, redução das áreas de preservação ambiental como é o caso da Reserva do Jamaxim no estado do Pará". A Jornada Nacional de Lutas tem como lema "Corruptos Devolvam Nossas Terras". (com Rede Brasil Atual)

Sector público vai parar com apagão fiscal do ilegítimo Temer

O Brasil está à beira de um colapso causado por Michel Temer, que junto com Henrique Meirelles causou o maior rombo fiscal da história do Brasil. Sem receitas para garantir o cumprimento da meta fiscal de 2017, de déficit primário de R\$ 139 bilhões, a equipe econômica já foi obrigada a contingenciar quase R\$ 45 bilhões em gastos discricionários. Com isso, falta dinheiro não apenas para manter serviços prestados à população, mas também para o pagamento de contas de água, luz, limpeza e segurança. Os atrasos são generalizados e pode haver uma paralisia total, o chamado *shutdown*, por falta de verbas.



Na Educação, as universidades federais tiveram o orçamento deste ano reduzido em 11,4% em relação a 2016, de R\$ 7,9 bilhões para R\$ 7 bilhões, sendo que os gastos ainda foram contingenciados em R\$ 2,4 bilhões. Nos cálculos de grande parte das 67 instituições de ensino superior custeadas pelo MEC, os recursos disponíveis só bancam despesas até agosto. (com Brasil 247)

O mais impopular: Rejeição atinge 94% em nova pesquisa

De acordo com a pesquisa Pulso Brasil, realizada pela Ipsos Public Affairs, 94% dos entrevistados manifestou rejeição à figura do presidente Michel Temer (PMDB). A avaliação negativa ao governo federal foi de 85%, a pior avaliação já registrada desde que a pesquisa mensal começou a ser realizada, em 2005. No mês passado, a pesquisa Datafolha apontou que Temer é o presidente mais impopular desde a redemocratização, em meados dos anos 1980.

Foram entrevistadas 1200 pessoas em 72 municípios brasileiros de todas as regiões do país. Perguntados se aprovavam ou não a atuação de uma lista de 33 políticos e personalidades públicas, 94% dos entrevistados responderam que desaprovam totalmente ou um pouco a atuação de Michel Temer no País, enquanto 3% afirmaram que aprovam totalmente ou um pouco. (com Congresso em Foco)

FRASE

“Deputados e deputadas, hoje o Brasil vai estar olhando para os senhores. E aqueles que defenderem o senhor Michel Temer vão estar sendo cúmplices da mala de dinheiro carregada pelo deputado Rocha Loures. Quero ver quem é o deputado ou deputada federal que vai chegar a seu município fingindo que nada aconteceu.”

Jandira Feghali (PCdoB-RJ)

DIRETORIA EXECUTIVA TRIÊNIO 2016/2019

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; **Vice Presidente:** Elias Belisário de Araújo; **1º Sec. Geral:** Damásio de Souza Pereira; **2º Sec. Geral:** Hobson Aparecido Correa; **1º Sec. de Finança:** Gildásio Ferreira Gomes; **2º Sec. de Finança:** Sebastião de Jesus; **1º Sec. de Administração:** Enildo Gomes; **2º Sec. de Administração:** Nelson Fortunato Ojeda; **1º Sec. de Ass. Jurídico:** João Bosco de Moraes; **2º Sec. de Ass. Jurídico:** Idivaldo B. De Oliveira; **1º Sec. de Formação e Política Sindical:** Maurício Alves Rattacaso Júnior; **2º Sec. de Formação e Política Sindical:** Lurdes Fernandes Rosa; **1º Sec. do Interior:** Benedito Assis da Silva; **2º Sec. do Interior:** Albir Alves de Brito; **1º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Gilmar Campos Soeiro; **2º Sec. de Imprensa e Comunicação:** Celso Alfredo Simon; **1º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Izael Santana da Silva; **2º Sec. Aposentados e Pensionistas:** Zelairdes Rodrigues Leite; **1º Sec. Saúde do Trabalhador:** João de Deus da Silva Filho; **2º Sec. Saúde do Trabalhador:** Deusdete Cabral; **1º Sec. Anistiados e Demitidos:** Joacira Santana Rodrigues de Almeida; **2º Sec. Anistiados e Demitidos:** Selmo Jacinto de Oliveira; **1º Sec. de Cultura:** José Olímpio da Silva Neto; **2º Sec. de Cultura:** Manoel Martins; **Suplentes de Direção:** Jardes Tomé dos Santos Pacheco; João Martins de Souza; Sérgio Balbino Ferreira; Evangelista Pereira Barros; João Galdino de Souza; Zita Antonia Gomes Silveira; **Conselho Fiscal:** Titular João Sebastião Alves Pereira; Conselho Fiscal: Titular Benedita Vandinéia de Oliveira; Conselho Fiscal: Titular Edmilson Lourenço Máximo; Conselho Fiscal: Suplente Geovano Santos Moreira; Conselho Fiscal: Suplente Ademir Viana dos Santos; Conselho Fiscal: Suplente Clarisse Maria Sala

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT

Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: sindsepmt@gmail.com

Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT

E-mail: mhashi104@yahoo.com.br

Editoração eletrônica: Oficina A-104

É GOLPE!

Governo ilegítimo anuncia novo PDV; Especialistas dizem que é “armadilha”

Em 1996, na época em que FHC era presidente, muitos caíram no “canto da sereia”. Hoje, arrependidos, lutam na Justiça para serem reintegrados

Prevendo uma economia de apenas 1 bilhão ao ano, o governo do ilegítimo Michel Temer anunciou o Plano de Demissão Voluntária (PDV) para os servidores públicos federais, oferecendo uma indenização de um salário e quarto do valor (125%) por ano trabalhado. É esperada a adesão de cinco mil trabalhadores. O mesmo mecanismo foi aplicado em 1996 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e os que aceitaram o plano se arrependem até hoje.

A Medida Provisória propõe ainda redução de jornada de 8 horas para 6 ou 4 horas diárias ou ao invés de 40 horas semanais, 30 ou 20 horas, com pagamento proporcional ao salário. Como se não bastasse, o governo oferece licença sem remuneração de três anos (prorrogáveis por igual período), recebendo

valor correspondente a três vezes seu salário.

SEM ATRATIVOS – Para muitos, o PDV de 96 foi a venda de uma ilusão. Prometeram programas de reinserção no mercado e de capacitação além de uma linha de crédito especial para os ex-servidores mas não foi cumprido. Com isso, milhares foram à Justiça pedir reintegração e outros para o mercado informal. É cair numa armadilha. Especialistas dizem que a nova proposta é draconiana, sem atrativos.

O servidor federal que iniciou a carreira antes de 2013 e aderir ao plano, perderá o direito a se aposentar pela integralidade. Isso porque o benefício integral é garantido ao funcionalismo apenas até esta data. Mas se o servidor se desligar pelo programa, ele terá de se aposentar pelo INSS e o cálculo de sua

aposentadoria será pela proporcionalidade.

Sérgio Ronaldo, secretário-geral da Condsef/Fenadsef, diz que a entidade está orientando os servidores a não aceitarem o PDV por ser um barco furado. “Os desavisados que aderiram ao PDV de Fernando Henrique até hoje se arrependem, não é exemplo a ser seguido”. Sérgio também criticou o possível aumento da contribuição previdenciária. “Esse conjunto de maldades é para tentar tirar do foco as acusações que pesam ao conjunto de ministros e ao próprio Executivo que está atolado de indícios de corrupção. Cedo ou tarde eles vão ser penalizados pelo mal que estão fazendo. Eles não vão colocar como bode expiatório o serviço público desse País”.

ANISTIA - Vários projetos tramitando na Câmara Federal entre eles o PL

4.293/2008 que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ele prevê anistia aos ex-servidores da administração pública federal (como ministérios e secretarias), de autarquias e fundações. Há mais três propostas que estão pensadas a este projeto que tratam de ex-funcionários também de empresas de economia mista como é o caso do PL 3.959/2015. O texto prevê a reintegração e a concessão de anistia aos ex-servidores da administração pública direta, indireta, autárquica, fundacional e empresas de economia mista.

O presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, alerta aos associados da entidade para que tirem suas dúvidas sobre o PDV falando com nossa assessoria jurídica. Procurem esclarecimentos antes de tomar qualquer atitude para que não aconteça o mesmo com os pedevistas de FHC.

Recorte e cole em locais permitidos



VERGONHA!

Estes deputados federais votaram contra os trabalhadores de Mato Grosso. Confira!

**Votou SIM à Reforma Trabalhista
SIM à Terceirização sem limites
NÃO para o STF processar Temer**



**CARLOS BEZERRA
(PMDB)**

**Votou SIM à Reforma Trabalhista
e SIM à Terceirização sem limites**



**VALTENIR PEREIRA
(PSB)**

**Votou SIM à Reforma Trabalhista
SIM à Terceirização sem limites
NÃO para o STF processar Temer**



**EZEQUIEL FONSECA
(PP)**

**3º suplente do Valtenir Pereira
NÃO para o STF processar Temer**



**ROGÉRIO SILVA
(PMDB)**

**Votou SIM à Reforma Trabalhista
SIM à Terceirização sem limites
NÃO para o STF processar Temer**



**ADILTON SACHETTI
(PSB)**

**Votou SIM à Reforma Trabalhista
SIM à Terceirização sem limites
NÃO para o STF processar Temer**



**FÁBIO GARCIA
(PSB)**

**Votou SIM à Reforma Trabalhista
SIM à Terceirização sem limites
NÃO para o STF processar Temer**



**VICTÓRIO GALLI
(PSC)**

**Votou SIM à Reforma Trabalhista
SIM à Terceirização sem limites
NÃO para o STF processar Temer**



**NILSON LEITÃO
(PSDB)**

DÊ UM BASTA A ESTES TRAIADORES NAS ELEIÇÕES DE 2018

